

## OBSERVAÇÕES PARA UMA TEORIA GERAL DAS IDEOLOGIAS\*

*Thomas Herbert*

Começemos por lembrar os resultados aos quais acreditamos ter chegado ao final do estudo precedente<sup>1</sup>. A proposição geral sobre a qual nos apoiamos é que *toda ciência* -

---

\* Este texto, assinado Thomas Herbert, publicado originalmente nos *Cahiers pour l'analyse*, n° 9, em 1967, tem uma relação fundamental com os trabalhos que irão instaurar o território da Análise de Discurso da Escola Francesa, fundada por M. Pêcheux. Estes trabalhos (de T. Herbert e M. Pêcheux), introduzindo a noção de discurso, marcarão uma diferença com o estruturalismo, tal qual, pela introdução da noção de funcionamento (M. Pêcheux, 1969) que permite aliar estrutura e acontecimento. Faz ainda parte desse desenvolvimento, uma outra elaboração da noção de ideologia, marcada pela sua relação com a linguagem, onde está pressuposta, por sua vez, a relação, entre si, do marxismo, com a psicanálise e com a linguística, as três grandes regiões teóricas da virada do século. Em M. Pêcheux (1969) é de se notar, particularmente, a resignificação que ele produz das noções de metonímia e metáfora - já anunciadas neste texto que traduzimos de T. Herbert - através do trabalho do efeito metafórico no dispositivo analítico que procura construir, acentuando a importância da história e da ideologia. Nele, metáfora e ideologia não são desvios, mas o cerne mesmo do processo de produção de sentidos. A "incompreensão" do que esta forma de análise introduz como crítica (e como dificuldade) tem silenciado o ponto nodal em que se introduzem as considerações histórico-ideológicas. Diríamos então, repetindo M. Pêcheux (1975), que este é o ponto em que a linguística tem a ver

qualquer que seja seu nível atual de desenvolvimento e seu lugar na estrutura teórica - é produzida por um trabalho de mutação conceptual no interior de um campo conceptual ideológico em relação ao qual ela toma uma distância que lhe dá, num só movimento, o conhecimento das errâncias anteriores e a garantia de sua própria cientificidade. Nesse sentido, toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca<sup>2</sup>.

Tínhamos por outro lado constatado que o aparecimento de uma nova prática científica não devia ser compreendido como o efeito de um toque de gênio, de uma intuição originária do real (Newton diante de sua famosa macieira), mas de um trabalho teórico que chega - *em certas circunstâncias* que dizem respeito menos ao "valor" individual dos trabalhadores do que ao estado conjuntural do campo que se lhes oferece - a vencer as resistências ("obstáculos" na terminologia de Bachelard) que asseguravam à ideologia sua inviolabilidade.

Isso nos havia conduzido a duas ordens de observações:

a) De um lado, convinha distinguir em uma ciência, qualquer que ela seja, o *momento primeiro* da "transformação produtora" do objeto dessa ciência, pelo qual ela se dá a palavra, e o *momento segundo* da "reprodução metódica" de seu objeto, pelo qual ela explora, do interior, o seu discurso, para testar sua coerência. O primeiro momento aparecia dominado por um trabalho de tipo "teórico-conceptual", destinado a subverter o discurso ideológico natural "dado". O segundo momento pode ser qualificado de "conceptual-experimental", na medida em que estabelece os *fenômenos* que essa ciência produz (torna visíveis). Tínhamos com isso constatado que, para as disciplinas nas quais a fase "teórico-conceptual" havia sido inconsideradamente recoberta pela prática

---

com a filosofia e com as ciências das formações sociais. Ponto que não é um fecho, já que a questão do sentido é uma questão aberta. Certamente, esse texto, dado o fato de que ele foi escrito em 1967, traz em si os traços de um discurso marcado pela conjuntura disciplinar de então, sem no entanto perder a força teórica do deslocamento de que é o sintoma (NDT).

<sup>1</sup> "Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social", *Cahiers pour l'Analyse*, 2, p. 174-203.

<sup>2</sup> As notas de rodapé dão conta de certas críticas às quais o texto primitivo dava lugar, e tentam, tanto quanto possível, reparar os erros que elas apontam.

"conceptual-experimental" - como é, singularmente, o caso das "ciências sociais" -, o efeito de ruptura em relação à ideologia não havia sido produzido, e que, conseqüentemente, a experimentação reproduzia esta afirmando sua realidade ilusória (efeito de "realização do real").

b) De outro lado, tínhamos avançado a necessidade de discernir, dentre as resistências ao trabalho teórico, formas diferenciais devidas à relação que o domínio correspondente mantém com a estrutura da formação social: de onde a distinção entre as ideologias de tipo "A", a propósito das quais se exerce uma resistência local (uma ideologia tenta se passar por uma ciência, produzir os efeitos dela e recolher seus benefícios), e as ideologias de tipo "B", cuja resistência está estruturalmente ligada à estrutura da sociedade como tal, onde elas desempenham o papel de cimento.

É sobre esta *dupla forma* da resistência ideológica que nos propomos retornar, para identificar, tão precisamente quanto possível, as causas desta dualidade e as conseqüências que ela implica.

O trabalho anteriormente efetuado nos forneceu alguns esclarecimentos que podem servir de ponto de partida. As ideologias de tipo "A" apareceram no curso da análise como *produtos derivados da prática técnica empírica* (havíamos especialmente desenvolvido sobre este ponto o exemplo da Alquimia). As ideologias de tipo "B" se revelaram como as *condições indispensáveis da prática política*, condições que se realizam sob forma de combinações variáveis segundo as formações sociais. Constatase que essa diferença remete à diferença estrutural fundamental que constitui a essência de todo modo de produção, a saber, a diferença entre *forças produtivas e relações de produção*. Mostraremos em seguida todas as conseqüências desse ponto de partida, as quais, digamos desde já, não consistem de modo algum numa interpretação "economicista" dos mecanismos ideológicos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ao pé da letra, é falso falar de uma "prática técnica" oposta à "prática política", já que toda técnica, seja ela econômica, política ou ideológica, é um *elemento* dentro da estrutura de uma prática. O que está em jogo não é, pois, uma impossível "prática técnica" oposta a uma "prática política" de onde toda técnica estaria ausente: são os *efeitos diferenciais* produzidos pela dominância do elemento técnico na estrutura "A" e por seu

Esta primeira colocação autoriza já certas constatações no que concerne à conjuntura teórica atual. Diremos que uma teoria geral das ideologias se torna ao mesmo tempo possível e necessária, no momento atual, em razão de uma série de elementos cuja origem histórica, o estatuto teórico e a importância são variáveis. Esses elementos são os seguintes:

1. O aparecimento escalonado de ciências ditas "da natureza", a propósito das quais podemos identificar as fases de "transformação produtora do objeto", que efetua a ruptura em relação a um campo ideológico de tipo "A" (Tales, Galileu, Lavoisier), e os momentos de "reprodução metódica". O conjunto do processo constitui uma série de "efeitos de conhecimento" de tipo *científico*.

2. O aparecimento das condições de possibilidade de uma *ciência das formações sociais* cujo momento de "transformação produtora" leva o nome de Marx. Ele se efetuou ao custo de um trabalho teórico considerável dirigido ao mesmo tempo às transformações do *processo de produção* (cuja causa dominante reside na transformação dos meios de trabalho, cf. Balibar<sup>4</sup>) e à autonomização progressiva do *nível jurídico-político*, cf. Poulantzas<sup>5</sup>, que torna visível a função de proteção-reforço que as diferentes formas da "ideologia" (no sentido marxista clássico) exercem frente à instância jurídico-política: assim, as camadas estratificadas das ideologias de tipo "B" eram ao menos indicadas como futuros objetos de ciência. Elas se tornavam, por direito, visíveis.

3. O terceiro elemento é muito mais recente, e desempenha o papel de obstáculo ideológico com respeito ao desenvolvimento da *ciência das formações sociais*; trata-se do conjunto mais ou menos teoricamente articulado das "ciências sociais" que se colocam no lugar do processo que, por direito, teria podido se produzir e que elas, de fato, recalcam maciçamente. Pode-se dizer com efeito que a fase de "reprodução

---

apagamento na estrutura "B" que devem ser tomados em conta. Acrescentemos que esses efeitos são sempre efeitos na ideologia: veremos mais adiante os fantasmas teóricos que resultam disso, respectivamente em "A" e em "B".

<sup>4</sup> E. Balibar, "Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique", *Lire le Capital*, t. 2, p. 187.

<sup>5</sup> N. Poulantzas, "Preliminares à l'étude de l'hégémonie dans l'État", *Temps modernes*, 1965, n° 234 e 235.

metódica" do objeto da ciência das formações sociais *não aconteceu no sentido estritamente científico do termo*, e isso se deve ao imenso recalque da cientificidade do materialismo histórico que se exerceu sobre ele, sempre do "exterior", e, muito freqüentemente, do "interior". Assim se constituiu pouco a pouco um arsenal teórico-prático de *meios técnico-políticos* com a finalidade de responder a uma "demanda"<sup>6</sup> que emanava da formação social existente, visando a lhe adaptar-readaptar as "relações sociais" reais. O conjunto desses meios teóricos e práticos constitui, *em seu conjunto*, uma "matéria prima" ideológica que pode e deve ser teoricamente transformada. Este último ponto é fundamental. Com efeito, se toda ciência é ciência de uma ideologia, a "ciência das ideologias" não pode escapar a esta lei. Ela não tem então por objeto primeiro uma realidade que seria a ideologia sob suas diversas formas "naturais", mas uma *teoria ideológica da ideologia*. As "ciências sociais", em seu estado atual, produzem globalmente esta teoria, e é esta sua maior "utilidade" teórica.

### 1. A dupla forma da ideologia

Retomemos o exame da *forma dupla* que acreditamos identificar na ideologia:

- A ideologia, enquanto referida ao *processo de produção*, aparece como o processo original pelo qual conceitos operatórios técnicos, tendo sua função primeira no processo de trabalho, são destacados de sua seqüência operatória e recombinaos em um discurso original: nós mostramos anteriormente esse quiasma técnico-ideológico a propósito da astronomia e da alquimia. Conviremos chamar *efeito de conhecimento ideológico de tipo "A"* o efeito produzido por esta organização.

- A outra face do processo, a saber, as *relações sociais de produção*, permitem atribuir à ideologia a função de um mecanismo que produz e conserva as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção nas sociedades de classe, e antes de tudo a "diferença" fundamental: trabalhador/não trabalhador. Pode-se então

---

<sup>6</sup> O conceito de "demanda" é aliás ele mesmo um elemento necessário do arsenal, vista a função que lhe é atribuída.

dizer que a ideologia tem aqui por função *fazer reconhecer* aos agentes da produção seu lugar no interior dela: chamaremos *efeito de conhecimento ideológico de tipo "B"* o efeito desse mecanismo.

Desde já diversos problemas se colocam:

1. A ideologia "A" é descrita como uma *reorganização de elementos*, a ideologia "B" como um *mecanismo*. Que garantias pode esta heterogeneidade produzir para afirmar sua validade? Não podemos dizer que se há reorganização de elementos (em "A"), deve haver um mecanismo reorganizador, e que se um mecanismo funciona (em "B"), ele se exerce necessariamente sobre elementos, quaisquer que sejam?

2. Por outro lado, criticar-se-ia facilmente estas duas "formas puras" da ideologia, observando que "na realidade" encontramos sempre formas mistas. Por exemplo, mostrar-se-ia a justo título que a ideologia alquímica ("A") teve *também* uma função político-religiosa evidente, que os ritos religiosos contêm entre outras coisas elementos mágicos derivados de processos técnicos etc.. Somos obrigados então a dosar as essências para misturá-las, para obter uma mistura semelhante a esta ou àquela prática ideológica "concreta"?

Responderemos de início à questão nº 2 (a questão precedente receberá por si mesma sua solução no curso deste desenvolvimento). Admite-se facilmente que encontramos o "religioso", o "técnico", o "jurídico" em "A" como em "B", e que a diferença não repousa tanto sobre os *elementos* colocados em jogo quanto sobre a *forma de seu agenciamento*. Aqui intervém um deslocamento ao qual convém prestar a maior atenção: até agora, dissemos que as ideologias "A" tinham sua origem no campo técnico e as ideologias "B" no campo político. Podíamos então pensar que a *natureza material* do húmus (técnico ou político) sobre o qual brotam os cogumelos ideológicos era suficiente para dar conta de sua forma e de suas propriedades. A partir do momento em que dizemos que os *elementos* do campo têm menos importância que a *forma de seu agenciamento*, somos conduzidos a estudar as *condições formais* que regem a aparição dos objetos de tipo "A" e de tipo "B", dito de outro modo, as condições estruturalmente diferenciadas que

produzem as duas variedades. Vamos então retomar a oposição forças produtivas/relações de produção, buscando não a natureza do objeto ideológico engendrado, mas a forma de seu engendramento.

- O *processo de produção* se descreve como a combinação específica do objeto (matéria prima), do instrumento e da força de trabalho, armada de conceitos operatórios adequados. Vê-se por aí mesmo que se opera o que chamamos anteriormente a *realização técnica do "real"* sob o controle de uma ideologia de forma técnica-empírica que *assegura o sentido do objeto produzido*.

Daremos então a definição seguinte:

O efeito de conhecimento ideológico "A" remete à *forma empirista* da ideologia, cujo ponto central é a produção de um ajuste entre uma "significação" e a "realidade" que lhe "corresponde".

As *relações sociais de produção* se descrevem como a lei imanente a uma formação social dada, que atribui aos agentes da produção o seu lugar em um sistema de lugares. Tínhamos dito precedentemente que o instrumento de transformação da prática política tem a forma do discurso. Vamos precisar isto pela definição seguinte:

O efeito de conhecimento ideológico "B" remete à *forma especulativa-fraseológica*, cujo ponto central é a coerência das relações sociais de produção no modelo de um discurso articulado que detém em transparência a lei de ajuste dos sujeitos entre si.

De onde o quadro seguinte:

<i>Designação do efeito de conhecimento</i>	<i>Ideológico "A"</i>	<i>Ideológico "B"</i>
<i>origem do efeito</i>	técnico	político
<i>forma da ideologia</i>	empirista	especulativa

É claro que, se distinguimos a *origem* do efeito de sua *forma*, é para indicar que elas não se superpõem automaticamente na mesma coluna; dito de outro modo, um domínio

ideológico é suscetível de receber várias formas, o que corresponde a possibilidades de cruzamentos no quadro.

Assim, para retomar o corpo de exemplos que temos utilizado desde o início, podemos indicar as seguintes combinações:

<i>Origem do efeito</i>	<i>Forma da Ideologia</i>	<i>Exemplo</i>
<i>técnico</i>	empirista	Ideologia vulgar das técnicas pré-lavoisianas
<i>técnico</i>	especulativa	discurso alquimista
<i>político</i>	especulativa	discurso da filosofia tomista
<i>político</i>	empirista	ciências sociais em seu estado atualmente dominante

As observações precedentes pedem uma precisão: elas colocam em evidência uma dupla forma da ideologia, que se pode caracterizar pela oposição empírica/especulativa; esta oposição é congruente com aquela que indica Althusser a propósito da dupla ilusão que, a cada passo, ameaça a teoria. Se o esboço de análise que acabamos de apresentar é fundamentado e constitui uma via fecunda a explorar, torna-se possível mostrar teoricamente que esta dupla ameaça não é um *acidente teórico* de que a Teoria deveria - idealmente - poder se preservar, mas o terreno mesmo de seu nascimento e de seu combate.

Poderíamos, então, não somente exibir as "faltas teóricas" que a ideologia produz no processo de conhecimento, mas também analisar os mecanismos que as produzem necessariamente sob sua dupla forma, segundo uma dominância conjunturalmente definida: o passo em falso teórico não seria então simplesmente um passo em falso, uma *falta por direito evitável contra a pureza teórica*, mas um efeito necessariamente implicado na estrutura da produção teórica, como a história desta parece bem o confirmar.

## 2. Semântica e Sintaxe.

Se retomamos as definições que acabam de ser dadas da *forma empírica* e da *forma especulativa* da ideologia, constatamos uma propriedade estrutural que é sem dúvida a maior importância, a saber, que a *forma empírica* concerne a relação de uma significação e de uma realidade, enquanto que a *forma especulativa* concerne a articulação de significações entre si, sob a forma geral do discurso. Para usar termos importados da lingüística, diremos que a forma empírica da ideologia coloca em jogo uma *função semântica* - a coincidência do significante com o significado -, enquanto que sua forma especulativa coloca em jogo uma *função sintática* - a conexão de significantes entre si.

Ora, este é o lugar de colocar em evidência os desconhecimentos produzidos no nível dessas duas funções, e que podemos reencontrar como referências no que chamamos teorias ideológicas da ideologia.

Em primeiro lugar, poderemos constatar que a *ideologia empírica* está efetivamente fascinada pelo problema da realidade à qual o significante deve se ajustar: de onde a inevitável "função do real" atribuída ao homem, enquanto produtor-distribuidor de significações na superfície da "realidade" concebida como *meio* do animal humano. O homem é, nessa perspectiva, o *animal ecológico* que organiza seu meio, etiquetando-o com a ajuda de significações, o que conduz ao problema da "ancoragem" de significações na realidade, que a psicologia tenta resolver em termos de aprendizagem e condicionamento, ao mesmo tempo que funda o recorte semântico das necessidades e das tensões vitais do animal humano: o objetivo visado é a gênese da significação no interior da relação de co-naturalidade do organismo ao seu *Umwelt*, e supõe-se que a "inteligência" é capaz de dar conta dessa pan-denominação suscitada pelas necessidades que tendem a se satisfazer da maneira mais segura e econômica possível.

Em segundo lugar, podemos mostrar que a *ideologia especulativa* designa, desconhecendo-a, a conexão de significantes entre si: a dificuldade vem, em particular, da coexistência de dois efeitos a serem analisados conjuntamente, e cuja conjunção não é bem discernida pela teoria ideológica: trata-se do "efeito de sociedade" e do "efeito de

linguagem". Aquilo de que ela não pode dar conta é o fato de que a *função de reconhecimento* de sujeitos entre si se assegura necessariamente sob a forma do discurso. A teoria ideológica especulativa da ideologia discerne bem a existência desse problema, mas não pode senão designá-lo e recobri-lo, enunciando que "o homem" está sempre implicado como elemento em um sistema de comunicação de significações (Gestaltismo e funcionalismo sociológico) que desempenha o papel de um código que controla as "interações sociais" dos sujeitos entre si: "o homem" torna-se aqui o *animal social*, isto é, o animal dotado de linguagem e que se controla a si mesmo graças à linguagem. A teoria ideológico-especulativa da ideologia, em conseqüência, consiste em considerar as "relações entre os sujeitos" como relações "naturais" cuja natureza seria precisamente a *natureza lingüística do animal humano como animal social* apto para intercambiar significações codificadas.

Resumamos em um quadro os diversos pontos constatados.

<i>Empírico</i>	<i>Especulativo</i>
homem como animal ecológico produtor-distribuidor de significações	homem como animal social inserido em um sistema de significações
"função do real"	"função de reconhecimento"
relação significante-significado	relação significante-significante

Examinemos rapidamente as conseqüências que podemos tirar desse exame: a teoria não está totalmente desprovida nesse ponto; dispomos de referências que permitirão, no decorrer da reflexão, identificar a natureza e a importância dos "esquecimentos" que designam as resistências próprias a cada forma de ideologia.

I. A propósito da *ideologia de forma empírica*, parece possível enunciar que a resistência dominante diz respeito à compreensão da especificidade simbólica do animal

humano: a pseudo-gênese da ordem do simbólico no interior da ordem biológica traduz essa concepção empirista da "relação" entre o significante e o significado que o tema da "relação de objeto" (cf. Melanie Klein, por exemplo) representa muito bem. A questão sem resposta é: de que maneira a passagem progressiva da necessidade biológica à pulsão e ao fantasma é possível em continuidade homogênea? Os trabalhos epistemológicos recentes da pesquisa freudiana manifestam, ao contrário, que não há *gênese do significante* (o que anula a idéia da produção-distribuição de significantes própria da ideologia empirista): a relação significante-significado resulta de uma propriedade da cadeia significante que produz, pelo jogo de uma necessária polissemia<sup>7</sup>, os "pontos de ancoragem" pelos quais ela se fixa no significado. Daí resulta, ao mesmo tempo, que somente as relações de *similaridade-diferença* entre os significantes permitem compreender como se opera a posição do valor, da marca, no sentido lingüístico do termo: em uma palavra, é o efeito de similaridade metafórica que permite colocar corretamente o problema da "realidade exterior" e da *prova* dessa realidade, não é a realidade que permitiria, a partir de uma ligação originária e não metafórica com o "objeto real", edificar *a posteriori* as metáforas.

II. Sobre o segundo ponto concernente à *forma especulativa da ideologia*, parece possível mostrar que o esquecimento resulta de um desconhecimento da relação existente entre aquilo que chamamos o efeito de linguagem (ou efeito significante) e o efeito de sociedade: se o homem for pensado como o animal que se comunica com seus "semelhantes", não compreenderemos jamais por que é precisamente pela forma geral do discurso que as dissimetrias, as dessemelhanças entre os agentes do sistema de produção são asseguradas. Uma referência será aqui esclarecedora: N. Poulantzas<sup>8</sup> escreveu a respeito do caráter propriamente político do Estado capitalista: "As relações humanas

---

<sup>7</sup> J. Laplanche e S. Leclair, *Temps modernes*, 1961, nº 183, p. 112: "...Diremos que aquilo que impede um termo de oscilar - sem cessar - em direção a um outro, não é sua ligação empírica a uma coisa, mas o fato de que o termo não é unívoco, de que comporta várias definições; é o conjunto dos sentidos b, c, etc., que impede um vocábulo x de escapar pela porta que lhe abre o sentido a".

<sup>8</sup> N. Poulantzas, "L'étude de l'hégémonie dans l'État", *Temps modernes*, 1965, nº 234, p. 873.

naturais fundadas em uma hierarquia de subordinação econômico-social dos produtores - ver o Estado escravocrata e feudal - são substituídas pelas relações 'sociais' de indivíduos automatizados, situados no processo de troca".

Sob a condição de considerar devidamente que o que importa aqui é a *diferença* entre "relações naturais" e "relações sociais", podemos ver de que *natureza* o discurso capitalista se separa: trata-se da "comunicação imediata" do homem com o homem, sob a forma de sinais visíveis do controle e da direção hierárquica, encarnados pelo chefe, príncipe ou senhor rodeado de signos de seu poder. Acrescentemos desde já que é em relação às relações sociais capitalistas que as relações feudais-escravocratas adquirem o valor de uma natureza: é evidente que esse efeito retrospectivo não implica que as relações humanas tenham sido alguma vez "naturais", visíveis a céu aberto, para deixar de sê-lo um dia. Somente a diferença tem aqui um sentido e poderia nos esclarecer.

É interessante constatar, a partir dessa análise, que é precisamente no momento em que o nível político se autonomiza que a política aparentemente é apagada na teoria ideológica especulativa, tomando a forma de um processo de comunicação codificada entre os agentes. Talvez seja preciso concluir que o Estado deve, para atingir os seus fins políticos, recalcar a dimensão política nas relações de influência e de controle, isto é, regredir *ideologicamente* aos mitos da época feudal.

O que é então esquecido, isto é, recalçado, na ideologia especulativa tal como nós a apresentamos? Em que aspectos a relação entre "efeito de sociedade" e "efeito significativo" não é vista ou é mal vista? Ao que parece, isso reside na interpretação da relação do significante com o referente. Se, efetivamente, o "efeito de sociedade" for redutível à comunicação intersubjetiva com a ajuda de "códigos" - qualquer que seja, por outro lado, o estatuto destes -, certamente podemos *enunciar* que toda sociedade fala, isto é, conecta significantes entre si, e que toda linguagem tem uma função social identificável, mas não podemos enunciar a *causalidade* que produz esses efeitos. De onde a tentação teórica de considerar toda sociedade como um mero sistema em funcionamento, onde cada parte é um reflexo transformado do conjunto do sistema: discernimos aqui o recalque da instância política no interior da ideologia especulativa, que é, entretanto, totalmente controlada por essa instância.

Se, pelo contrário, aplicamos à questão que nos ocupa o enunciado que J. Lacan formula para fins (parcialmente) diferentes - a saber: "O significante representa o sujeito para um outro significante" -, discernimos que a cadeia sintática dos significantes determina para o sujeito o seu lugar, identificando-o a um certo ponto da cadeia (o significante, no qual ele se representa), e que esse mecanismo de identificação diferencial não é outro senão o "efeito de sociedade", cujas dissimetrias encontram aqui sua causa.

Adiantaremos o termo de metonímia, com as conotações que ele recebe na pesquisa epistemológica atual (conexão do significante ao significante), para designar o efeito pelo qual os "sujeitos" são pegos na organização sintática significante, que dá a eles o estatuto de sujeito, no sentido jurídico do termo, isto é, como suporte de direitos e de deveres nos quais se opera a identificação. Vemos que o processo metonímico pode dar conta ao mesmo tempo da inscrição dos sujeitos na estrutura sintática e do *esquecimento dessa inscrição* pelo mecanismo de identificação do sujeito ao conjunto da estrutura, permitindo a reprodução desta.

Digamos brevemente que essa inscrição remete à instância econômica das relações de produção, e o *esquecimento dessa inscrição* à instância política: voltaremos mais adiante a este problema.

Assinalemos igualmente que o uso que fazemos de instrumentos inicialmente constituídos pela psicanálise coloca o problema da relação entre o *inconsciente analítico* e o inconsciente social do recalque ideológico, relação que abordaremos ulteriormente.

Este é o esboço teórico que podemos atualmente traçar da forma ideológica especulativa (= com dominância política), que ilustraremos pela descrição que N. Poulantzas faz das ideologias: "Seu denominador político comum (reside no fato) de provocar uma 'identificação' do indivíduo, pela sua participação real nessa comunidade apresentada como sua própria sociedade, ao conjunto da sociedade e sua integração às relações de dominação de classe"<sup>9</sup>.

Resumamos o que foi apresentado no seguinte quadro:

---

<sup>9</sup> Op. cit.

<i>Forma da ideologia</i>	<i>Forma empírica "A"</i>	<i>Forma especulativa "B"</i>
<i>conceitos ideológicos nos quais a ideologia se reflete</i>	"função do real" "relação de objeto"	"função de reconhecimento" "comunicação-controle social"
<i>processo específico</i>	processo metafórico de substituição do significante pelo significante	processo metonímico de conexão do significante ao significante
<i>dominância do efeito</i>	efeito com dominância semântica	efeito com dominância sintática
<i>indicação dos conceitos teóricos destinados a um papel determinante</i>	prova da realidade	identificação

Parece possível, a partir daí, enunciar os dois princípios seguintes:

1. O *princípio de dualidade*, que implica que a ideologia funciona necessariamente segundo duas modalidades, das quais só uma é dominante no interior de uma forma ideológica dada: distinguiremos a *dominância metafórica semântica* onde o elemento diferencial é pertinente (a ideologia se apresenta então como um sistema de sinais que permitem selecionar os valores e identificá-los), e a *dominância metonímica sintática* onde o operador de conexão é pertinente (a ideologia assume então a forma de um sistema de operações sobre os elementos, sistema simbólico que tem a forma geral do teórico).

2. O *princípio de desigualdade*, que implica a impossibilidade de colocar a existência de formas "A" fora da existência de formas "B".

Disso resulta a seguinte série de proposições:

I) Não existe a ideologia "A" em estado puro.

II) Toda ideologia "A" deve passar em seu desenvolvimento por uma forma "B": nível do teórico especulativo, que tem um efeito de dominância sintática secundária.

III) Uma ideologia "A" opõe em sua forma "B" uma resistência sintática que a "transformação produtora do objeto" tem por efeito vencer. A ciência correspondente produzida se torna a sintaxe do domínio de "A" considerado: somente há ciência quando se exerce uma *dominância sintática de tipo específico*, definida pela ciência considerada.

IV) Uma ideologia "B" pode *aparecer* na estrutura social sob a forma "A" (dominância semântica secundária) sem deixar de funcionar sob a forma "B".

V) As ideologias "B" funcionam segundo uma *dominância sintática primária*, que opõe uma resistência específica (estruturalmente diferente da resistência derivada de tipo "A") à transformação-produção de seu objeto.

Apliquemos esses resultados ao problema das ciências sociais: dissemos anteriormente que as ciências sociais se revelaram, em sua forma atual, como a aplicação de formas técnicas a uma ideologia das relações sociais. Podemos dizer agora, com mais precisão, que as "ciências sociais" tratam os efeitos ideológicos "B" (político-especulativos) com a ajuda de estruturas formais de tipo "A" (técnico-empíricas): a prática empírica de "realização do real" permite recalcar a determinação política que sustenta, entretanto, o conjunto de seu edifício técnico-político e produz uma *dominância sintática primária* que as torna particularmente resistentes a uma transformação produtora de seu objeto.

### 3. Sinais e Discursos

Acabamos de mostrar que a ideologia pode funcionar segundo duas modalidades, sendo uma dominante no interior de uma formação ideológica particular dada:

1. Na dominância metafórico-semântica, a ideologia poderá ser descrita como um sistema de marcas: diremos que o homem como animal metafórico marca sua posição em um sistema de sinais que balizam seu "comportamento", isto é, o conjunto dos gestos de falas efetuáveis. Citemos, a título de exemplos, oposições marcadas do gênero possível/impossível, acessível/não acessível, autorizado/proibido, racional/irracional, conveniente/inconveniente etc., que correspondem a portas suscetíveis de se abrirem ou se fecharem, propriedades inscritas em objetos empíricos que designam o que se pode esperar deles. Nesse sentido, a dominância semântica é evidente, na medida em que a sintaxe minimal que encadeia os sinais se apresenta como uma concatenação elementar de gestos e de falas que têm imediatamente sua própria normatividade: vamos convir falar aqui de ideologia como sistema de sinalização.

2. Na dominância sintático-metonímica, ao contrário, a ideologia é fundamentalmente um sistema de operações. Sem dúvida as operações exigem uma semântica residual, saída de uma forma "A", mas esta não tem a mesma função que no sistema de sinalização: ela se torna aqui a matéria prima de uma construção que incorpora os semantemas que encontra. É isto que N. Poulantzas viu bem quando escreveu: "As ideologias consistem em estruturas reais que, entretanto, na medida em que se referem à relação dos homens com suas condições de existência, não constituem a simples expressão - da ordem significante/significado, símbolo/realidade - desta relação, mas seu investimento imaginário"<sup>10</sup>. Em oposição aos gestos e falas que derivam do nível semântico, dizemos que as "estruturas reais" (os núcleos construtores da ideologia de forma "B") são as instituições e os discursos. Daí a oposição que se segue:

Ideologia de forma metafórico-semântica	Ideologia de forma metonímico-sintática
gestos-falas	instituições-discursos

<sup>10</sup> Op.Cit., p. 886

Esta oposição indica a direção que se deve explorar para apreender a diferença entre o comportamento ideológico e o discurso ideológico.

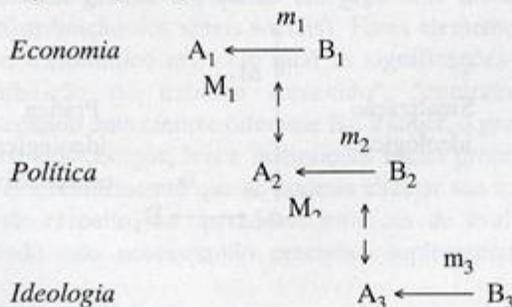
As diversas formas referíveis da ideologia podem, nessas condições, ser construídas por variações sobre o modelo seguinte:

a. Nível semântico fornecendo o recorte fundamental da "realidade" em elementos sintagmáticos mínimos separáveis.

b. Nível sintático contendo as leis de combinação dos elementos sintagmáticos, sob a forma de um repertório de operadores suscetíveis de produzir combinações.

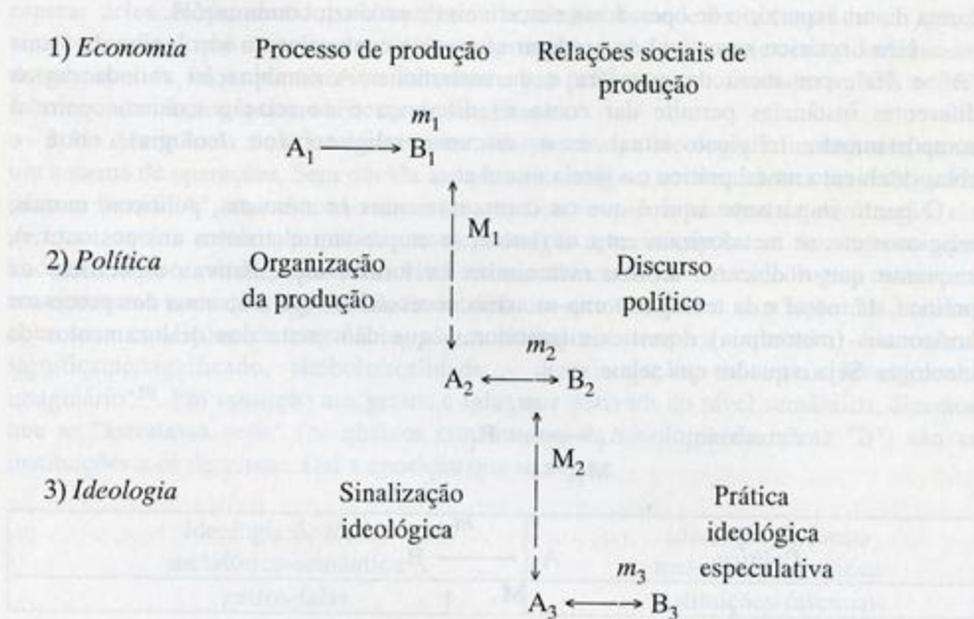
c. Nível retórico suscetível de produzir efeitos de conhecimento ideológico da forma "A" e "B", por meio da metáfora e da metonímia. A combinação variada dessas diferentes instâncias permite dar conta da diferença e da relação existente entre o comportamento religioso ritual e o discurso religioso (ou teologia), entre o comportamento moral prático e a teoria moral etc..

O ponto importante aqui é que os comportamentos econômicos, políticos, morais, religiosos etc. se metaforizam entre si (isto é, se emprestam elementos uns aos outros), enquanto que o discurso teórico metonimiza as formas especulativas específicas da política, da moral e da teologia: torna-se assim necessário traçar o sistema dos processos horizontais (metonímia) e verticais (metáforas) que dão conta dos deslocamentos da ideologia. Seja o quadro que segue:



As flechas horizontais (de B para A) designam os processos metonímicos pelos quais uma sintaxe organiza os elementos semânticos do nível correspondente; as flechas verticais designam os deslocamentos metafóricos do material semântico colocado em jogo na estrutura.

Podemos desde então expor os resultados adquiridos até aqui por meio do esquema geral abaixo:



Comentemos este esquema:

Encontramos na linha 1) semantemas que pertencem à zona  $A_1$  do processo de produção: tratam-se de marcas específicas que definem, para um modo de produção definido, o caráter "empiricamente dado" de certas matérias primas, de certos instrumentos, de um certo estatuto da força de trabalho. É preciso observar que, se nossas análises precedentes são exatas, os elementos semânticos não existem nunca em estado isolado, mas só funcionam no interior de um sistema de natureza sintática (no sentido definido mais acima) que se localiza na zona  $B_1$  das relações de produção: assinalemos certos operadores sintáticos como a lei de repartição dos instrumentos de produção (setor I) e a lei de repartição dos objetos de consumo (setor II); é claro que a existência do modo de produção econômico resulta da aplicação de  $B_1$  sobre  $A_1$  (efeito metonímico,  $m_1$ , notado  $B_1 \rightarrow A_1$ ). O deslocamento metafórico  $M_1$  "faz cair" certos elementos do sistema  $B_1 \rightarrow A_1$  em  $A_2$ , onde eles se tornam elementos semânticos separáveis: por exemplo, em uma formação social de estrutura capitalista, "chefe de empresa", "controle de produção", "salário do trabalho fornecido", "operário", "contrato de trabalho" são fragmentos do sistema  $B_1 \rightarrow A_1$  que tomam um sentido novo ao nível do campo semântico  $A_2$  da organização da produção na empresa (lugar efetivo das relações de comunicação-controle-gestão, colocando em jogo uma marcação do espaço social da empresa, uma distribuição dos sinais sociais). Esses elementos são, simultaneamente, o objeto do efeito metonímico  $m_2$ , pelo qual as significações de "direção da empresa", "salário", "retribuição do trabalho fornecido", "contrato de trabalho" etc. são reorganizados segundo uma sintaxe diferente  $B_2$ , a saber, o grupo de operadores jurídicos que estão na base dos códigos, leis e instituições legais próprias a uma formação social determinada, e que constituem o que se poderia chamar sua axiomática jurídico-política. Citaremos, a este respeito, os operadores jurídicos de avaliação, de comparação, de igualização - tudo isso necessitando precisões suplementares que exigem trabalhos posteriores.

A passagem para a linha 3) se efetua por um novo deslocamento metafórico  $M_2$  efetuado em relação ao sistema jurídico-político  $B_2 \rightarrow A_2$ : desse sistema "caem" termos

isolados (por exemplo "o justo" e "o injusto", "o conveniente" etc.) que constituem o campo semântico de sinalização ideológica  $A_3$  sobre o qual se exerce a prática ideológica especulativa  $B_3$ . A aplicação  $B_3 \rightarrow A_3$  determina assim o aparecimento das formas teóricas especulativas do jurídico, do moral, do teológico etc. reorganizando na sintaxe  $B_3$  própria à teoria especulativa os elementos semânticos  $A_3$  (gestos e palavras de significação moral, religiosa etc.)<sup>11</sup>.

Este esboço não pretende realizar o trabalho que deve incidir sobre esta importante questão do sistema de deslocamentos, mas simplesmente indicar a forma que ela é suscetível de tomar: em particular, é importante constatar que a ideologia não pode ser considerada simplesmente como uma região assinalável em uma formação social - a linha 3) do esquema -, mas que é preciso atribuir à base da formação social uma função na estrutura da ideologia, sem que no entanto essa base seja o lugar em que se possa identificar uma causalidade produtora qualquer: se nossa análise tem um sentido, a forma da ideologia se encontra também ao nível da instância da economia, e não somente na região dos "objetos" (gesto e palavras, instituições e discursos) ideológicos, região concebida como a "cultura" da sociedade considerada, ou de uma classe no interior desta.

É pois teoricamente impossível considerar a ideologia como uma "consciência de grupo", uma representação de mundo, um bloco de idéias válidas para uma sociedade ou uma classe, e que tenderia a se impor como um "todo" que o funcionalismo poderia apreender. Antes devemos descrevê-la em termos de processos que atravessam a formação social segundo um estilo suscetível de variações estruturais. Tentemos expor os componentes desse processo, para identificar a natureza de seu funcionamento: o princípio de dualidade, enunciado mais acima, ser-nos-á ainda uma vez útil; mostraremos

---

<sup>11</sup> O defeito maior dessa apresentação é simular uma gênese, por "quedas" sucessivas de um nível em outro, quando não há, de fato, forma originária da ideologia, suscetível de engendrar uma forma desenvolvida em um outro lugar da estrutura. É apenas preciso reter a dupla direção (vertical e horizontal) das relações inter-elementos, e as conseqüências que podem resultar daí para a análise estrutural da ideologia em uma formação social.

que o processo ideológico deve ser compreendido como a combinação do efeito metafórico com o metonímico.

O efeito metafórico consiste em um deslocamento de significações que desempenham um papel no "sistema de base" (primário econômico): assim, a lei econômica que dá ao agente de produção sua posição no processo de produção é recalcado e travestido em outras cadeias significantes que têm por efeito ao mesmo tempo significar esta posição ao sujeito-agente de produção, sem que ele possa escapar daí, e de lhe dissimular que essa posição lhe é atribuída. Em outros termos, o efeito metafórico produz as significações deslocando-as.

O efeito metonímico, enquanto articulação horizontal dos elementos ideológicos segundo uma estrutura sintática, produz uma racionalização-autonomização de cada nível estrutural considerado, que aparece então como dotado de "coerência interna". Assim se produz a identificação do sujeito com as estruturas política e ideológica que constituem a subjetividade como origem do que o sujeito diz e faz (normas que ele enuncia e pratica): esta ilusão subjetiva pela qual se constitui a "consciência de ser em situação", para empregar um vocábulo fenomenológico, dissimula ao agente sua posição na estrutura.

Indiquemos, de passagem, que esta ilusão subjetiva contém nela a função essencial do reconhecimento-desconhecimento do processo ideológico: ela o entretém ela própria com a ajuda do que chamaremos o par das formas ideológicas da garantia, que remete à alternância das dominantes:

a) A garantia "empírica" (forma A) permite à ideologia refletir o "dado" nos "fatos". Assim, é colocado em jogo o sistema percepção-consciência que garante que vemos bem o que vemos; a segurança de que o significado está bem "atrás" do significante é aqui o ponto essencial: estamos na ordem do que é "dado em pessoa", do fato como fato acabado, da visão do sujeito "por seus próprios olhos", do espetáculo visto "da primeira fila" etc.

b) A garantia "especulativa" (de forma B) permite à ideologia refletir-se pelo suporte do outro, enquanto discurso refletido. Aqui são colocados em jogo os mecanismos da crença comunicada, o "quase-dado" do testemunho, do relato - da prova e do mito que

identifica as subjetividades ao discurso que elas pronunciam - isto é, que se pronunciam nelas.

Podemos, então, enunciar que todo sujeito empiricamente encontrado em uma formação social sustenta os efeitos ideológicos de que ele é o "Trager", e guarda traços indelévels dele, a saber:

1. O grupo semântico das normas enunciadas e praticadas que marcam seu "meio" e definem a forma de suas estruturas comportamentais (gestos e palavras) que uma etologia humana permite repertoriar.

2. O grupo sintático da fraseologia ideológica e das estruturas institucionais nas quais suas palavras e gestos tomam lugar a título de elementos.

É claro que esta cartografia, suscetível de identificar e localizar as estruturas comportamentais de uma parte, e sua matriz fraseológica e institucional, de outra, deriva de uma prática sociológica atualmente realizável sob certas condições imperativas que, na falta de serem respeitadas, conduzem a enquete sociológica a reproduzir especularmente a ideologia da qual ela pretende mostrar o mecanismo.

Se, com efeito, nos contentamos em repertoriar as normas enunciadas e praticadas, para classificá-las em tabelas de frequência, reforçamos pura e simplesmente a garantia empírica da ideologia.

Se, como o faz às vezes a sociologia clássica, interrogamos sistematicamente a diferença entre os enunciados e as práticas e a diferença entre a fraseologia e as estruturas institucionais, produzimos o conhecimento do desnível entre os comportamentos conscientes dos sujeitos e as condições desses comportamentos (fraseologia e instituições) mas arriscamos fazer dessas condições a verdade dos comportamentos conscientes, o que conduz finalmente a reforçar a garantia especulativa: o sujeito que age e fala se banha em sistemas fraseológico-institucionais que ele não vê, porque ele está conscientemente centrado sobre seus próprios gestos e palavras, e que no entanto lhe impõem, na realidade, seus gestos e palavras. Isto é o mesmo que dizer que cada sistema é por definição a lei inconsciente produtora de efeitos conscientes: esquecemos por aí que os sistemas fraseológicos institucionais são eles próprios produzidos pelos processos ideológicos que atravessam a formação social: em outros

termos, diremos, empregando a distinção que Cl. Lévi-Strauss estabelece entre lei e regra, que se confunde assim o pré-consciente da regra sintática imanente a um sistema fraseológico-institucional dado com o inconsciente da lei estrutural que estabelece as próprias regras.

Retomando as notações utilizadas no esquema geral acima, escreveremos as oposições seguintes:

Lei inconsciente (articulações entre $m_1, m_2, m_3,$ $M_1$ e $M_2$ )	Regras pré-conscientes ( $B_2$ e $B_3$ )	Comportamentos conscientes ( $A_1, A_2$ e $A_3$ )
--	--	---

Resulta daí que se a atribuição do lugar feita a um sujeito por uma formação social dada resulta dos mecanismos da lei inconsciente, não é a "tomada de consciência" das regras pré-conscientes que poderá "libertá-lo" de sua "alienação social". O descentramento obtido pelo sujeito ao qual se faz "tomar consciência" da situação" (cf. todas as ideologias da "consciência de classe") concerne apenas ao pré-consciente social que permanecia até então "não-visto" e o mecanismo da Lei - pelo qual o sujeito, ao mesmo tempo, se "vê" atribuir seu lugar e é atingido pela cegueira sobre o processo de atribuição - não é absolutamente posto em causa.

É, pois, claro que uma análise das formas de existência ideológicas sustentadas pelos sujeitos "concretos" de uma formação social dada implica algo bem diferente que a pura observação de seu dizer e de seu fazer, e deve tentar remontar até ao mecanismo em que se elaboram as formas de existência da individualidade subjetiva nas quais, precisamente, esse mecanismo se dissimula. Desse ponto de vista, a tarefa essencial do materialismo histórico é, parece, localizar  $B_1$  (as relações sociais de produção) e demonstrar que não se trata de uma regra pré-consciente, a mesmo título que  $B_2$  e  $B_3$  mas de um sistema de operadores que pertencem ao domínio da Lei inconsciente, conjuntamente com o grupo  $M_1, M_2, m_1, m_2, m_3$ . Acrescentemos, para terminar, que o uso feito aqui do termo inconsciente não é apenas metafórico face ao sistema conceptual freudiano: com a

condição de se reconhecer que o inconsciente não é nem individual nem coletivo, mas estrutural, é possível tomar o inconsciente freudiano como um efeito específico da lei inconsciente no sentido em que a entendemos, em que a reprodução dos processos ideológicos comportaria a título essencial o momento da reprodução em cada sujeito humano da operação de imposição-dissimulação, através do "dito", do "rumor" ou da "lenda" familiar: assim se realizaria a exigência estruturalmente necessária, inscrita na lei, da reprodução do homem como força de trabalho, problema que Freud não "deixou de lado" totalmente, já que ele escreve: "Do ponto de vista da educação, a sociedade considera como uma das suas tarefas essenciais frear o instinto sexual quando ele se manifesta como vontade de procriação, de limitá-lo, de submetê-lo a uma vontade individual se inclinando a uma vontade social. A base sobre a qual repousa a sociedade humana é, em última análise, de natureza econômica: não possuindo meios suficientes de subsistência para permitir a seus membros viver sem trabalhar, a sociedade é obrigada a limitar o número de seus membros e desviar sua energia da atividade sexual para o trabalho"<sup>12</sup>.

#### 4. Variação e Mutação Ideológica

Acabamos de ver como os mecanismos da ideologia instituem os sujeitos humanos no lugar que lhes é atribuído, dissimulando-lhes o fato de que se trata de uma instituição: a ideologia é pois necessariamente vivida como uma condição natural, que as garantias empírica e especulativa vêm assegurar.

Como é, a partir de então, possível pensar o efeito de conhecimento teórico pelo qual a ideologia pode-se tornar visível? Como se pode "sair" da ideologia e produzir a cientificidade do domínio recoberto? Estas questões concernem ao mesmo tempo as duas formas da ideologia, a propósito das quais nós acreditamos necessário formular distinções: é claro que a teoria não libera do mesmo modo do efeito "A" e do efeito "B".

---

<sup>12</sup> Freud, *Introduction à la Psychanalyse*, Payot, Paris, 1962, p. 291.

Por outro lado, não encontramos jamais o ideológico como tal, mas formações ideológicas específicas que diferem segundo seu lugar na formação social: o que poderíamos chamar as diferentes combinações ideológicas de que uma formação social é capaz. Enfim, a forma das diferentes combinações não é definida de uma vez por todas, ao contrário, ela muda constantemente, para responder ao comando social. Vemos assim aparecerem constantemente formações "atípicas", desviantes em relação à formação dominante para uma combinação dada: todo o problema, quanto a isto, é identificar a natureza do deslocamento. Pode ser (e é o caso freqüentemente) que este deslocamento seja exigido pelas próprias condições de manutenção da combinação ideológica. Poderíamos então dizer que ela muda para não mudar; as formas atípicas derivadas, que chamaremos variações de uma combinação ideológica, são, o mais das vezes, recuperáveis pelo processo ideológico dominante. Há entretanto casos em que a formação produzida é recalçada mais ou menos intensamente: é assim por exemplo com certos efeitos políticos, com certos efeitos estéticos, e com certos efeitos de conhecimento científico no sentido estrito do termo. Escolhemos chamar mutação ideológica tais efeitos não recuperáveis pela ideologia dominante no setor considerado.

O problema é agora saber como podemos identificar uma mutação ideológica e as condições às quais ela deve responder para produzir um objeto dotado de um estatuto teórico original - é claro que há distinções que se impõem, quanto a isto, segundo o lugar estrutural concernido pela mutação. Podemos dizer que G. Bachelard, entre outros epistemólogos, forneceu à teoria os meios de identificar a mutação ideológica nas ciências da natureza (domínio A, com dominância sintática secundária, segundo nossa terminologia): o que acontece com o caso das regiões ideológicas com dominância sintática primária? Em que certos resultados obtidos a propósito dos domínios ideológicos técnico-empíricos são utilizáveis em outro lugar? Estas são questões às quais será preciso responder um dia.

O que podemos dizer desde já é que a mutação resulta sempre de um deslocamento, de uma "mexida" no sistema de garantias. Tudo se passa como se a brusca superposição, em um mesmo lugar do espaço ideológico, de várias formas de recorte e de articulação não congruentes tivessem como efeito "dar a ver" objetos que eram até então invisíveis,

tendo o estatuto do insólito face à ideologia dominante no ponto considerado. Tudo se passa então como se o aparecimento desses objetos desencadeasse uma crise dos sistemas de garantias, (que definem normalmente a admissibilidade ou inadmissibilidade dos objetos) e, conseqüentemente, um enfraquecimento da resistência ideológica nesse ponto.

Como essa superposição vem se produzir? Indicaremos aqui simplesmente uma direção de pesquisa, falando da mobilidade do ideológico como tal: parece que o conceito de "pessoa deslocada" é aqui fundamental para dar conta do fato que um sujeito pode, repentinamente, ver e compreender outra coisa que não aquilo que lhe é "dado" compreender e ver. Nesse caso, resta saber como a lei estrutural de uma formação social dada produz sujeitos "deslocados" que ela não pode recuperar enquanto tais.

Acrescentemos, para terminar, que, por razões que expusemos, a mutação ideológica tem sempre o estatuto de um discurso delirante para a ideologia dominante no ponto considerado (isto parece válido tanto para as mutações científicas quanto estéticas ou políticas). Devemos, assim, nos colocar a questão de saber como o efeito de conhecimento (científico) e o efeito estético ou político homólogos podem se diferenciar das normas de admissibilidade, isto é, do sistema de garantias que asseguram a ideologia de sua inviolabilidade.

Parece que o critério suscetível de fazê-lo é a possibilidade de instaurar, no lugar preciso do espaço ideológico concernido, um dispositivo ao mesmo tempo instrumental (respondendo à garantia empírica) e institucional (respondendo à garantia especulativa) suscetível de produzir novas formas de admissibilidade que permitirão apreender de maneira adequada os novos efeitos produzidos<sup>13</sup>.

Isto mostra bem que toda forma de conhecimento não-ideológica se desenvolve em e contra um elemento ideológico. Isto significa, por outro lado, que não podemos nem empreender um diálogo especulativo com o primeiro interlocutor encontrado, nem experimentar em não importa que condições, mas que uma mutação ideológica impõe, ela própria, o ponto de parada a partir do qual ela se verifica ou se anula. É bem isto que

---

<sup>13</sup> Este ponto deve ser desenvolvido sob a forma de uma teoria da experimentação.

a história das ciências e a história política, na forma conjuntural de seu desenvolvimento, parecem, uma e outra, reafirmar cada dia.

Setembro de 1967.

## IDEOLOGIA E MUDANÇA DE IDENTIDADE

Tradução: Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes

Este trabalho é uma análise de parte de um programa político de televisão que vai do início do mês, com o nome de *Alfabeto Social*, passando durante a campanha de Eleições Gerais brasileiras de abril de 1967 no canal 4 (TV Tupi) e o apresentador de TV, a personalidade Vincent Hayes, e uma parte do programa concentra um painel de MPs, com os representantes de cada um dos três principais partidos (Conservador, Trabalhador, Liberal-Democrata). Deixa-se também ao leitor a tarefa de descobrir os pontos que, através de um programa *Manejo Social* é utilizado, quanto a identificação e análise política. São as manifestações por meio de gestos e movimentos, incluindo a seguinte lista de (a) movimentos políticos, (b) movimentos ideológicos e (c) movimentos culturais, em primeiro, os movimentos ideológicos, segundo, os movimentos culturais, e em terceiro, os movimentos políticos, segundo Hayes (1967), poderíamos considerar os itens (a) e (b) como manifestações de um "sistema", enquanto por